



Advogados se oferecem para ajudar estrangeiros contra Trump

Mais de 4 mil advogados se inscreveram, voluntariamente, para fazer a defesa *pro bono* de cidadãos estrangeiros barrados na entrada nos Estados Unidos. Eles estão de prontidão para lutar na Justiça contra os dois decretos anti-imigratórios assinados pelo presidente Donald Trump na semana passada.

Na sexta-feira (27/1), Trump assinou um decreto que bloqueia por 120 dias a entrada de refugiados no país, destacando que, para refugiados da Síria, o bloqueio é por prazo indeterminado. E outro decreto que proíbe a entrada por 90 dias de cidadãos de sete países predominantemente muçulmanos (Irã, Iraque, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iêmen).

Grande parte dos advogados são sócios ou empregados de grandes bancas americanas. Desde que a medida foi anunciada, grupos de advogados começaram a dar plantão nos aeroportos internacionais dos EUA, segurando placas que oferecem assistência jurídica gratuita aos estrangeiros barrados pelo Serviço de Imigração dos EUA.

Até agora, cinco juízes federais, de tribunais de Boston, Los Angeles, Seattle, Brooklyn (Nova York) e Alexandria, concederam liminares a estrangeiros barrados nos aeroportos do país, de acordo com os jornais *New York Times*, *Washington Post*, *Los Angeles Times*, *Boston Globe* e outras publicações. Nos estados da Califórnia e de Washington, as liminares beneficiaram apenas os cidadãos estrangeiros mencionados no processo.

As decisões judiciais têm escopo limitado, o de apenas garantir a entrada dos cidadãos estrangeiros com vistos e também de imigrantes que já estão no país — ou seja, elas visam manter temporariamente o *status quo*. Mas as autoridades da imigração nos aeroportos podem submeter alguns estrangeiros a uma triagem mais severa do que a já feita.

Elas também ordenam às autoridades federais do Serviço de Imigração que libertem os cidadãos estrangeiros que foram detidos com base do decreto de Trump.

As decisões não examinam, por enquanto, se os decretos são legais ou constitucionais. Isso será objeto de contenciosos que poderão levar muito tempo para uma decisão final, dizem os jornais.

Um grande número de bancas americanas e algumas organizações, como a American Civil Liberties Union (ACLU), o National Immigration Law Center e o International Refugee Assistance Project, já anunciaram que estão prontas para lutar na Justiça contra as medidas anti-imigratórias de Trump que possam ser ilegais ou inconstitucionais.

Inicialmente, o decreto presidencial incluía imigrantes estrangeiros com residência no país (ou com *green-card*), chamados “imigrantes permanentes”. A Casa Branca anunciou, posteriormente, que os portadores de *green-card* não seriam afetados.

Porém, a liminar concedida pela juíza Leonie Brinkema, de Alexandria (Virgínia), incluiu uma ordem de libertação de imigrantes permanentes que foram detidos no Aeroporto Internacional de Dulles.

Date Created



30/01/2017